



Notícias de interesse da segurança pública em tramitação nos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, no plano federal, na semana do dia 26 fevereiro a 02 de março de 2018.

1. PODER LEGISLATIVO -

1.1 TRABALHO E PREVIDÊNCIA

[Impactos da nova legislação trabalhista serão discutidos hoje em seminário na Câmara.](#)

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados promove hoje um seminário sobre os impactos da nova legislação trabalhista (Lei 13.467/17). O deputado Bohn Gass (PT-RS), um dos autores do requerimento para realização do evento, é contrário à reforma trabalhista feita no ano passado. Para ele, a promessa de aumento de empregos não se concretizou e as vagas existentes foram precarizadas. Ele defende dois caminhos para contornar a reforma: a aprovação do Estatuto do Trabalho, em análise no Senado; e a votação de propostas sobre o tema em tramitação na Câmara. "Vamos trabalhar para que esse estatuto possa ter sua aprovação, que é, na verdade, uma nova CLT, e repor artigos retirados. E vamos reunir todos os projetos, de diferentes deputados, de diferentes partidos, e fazer uma articulação desses projetos para levar à votação na Câmara", adiantou.

[Entidades avaliam que oferta de emprego não cresceu com reforma trabalhista](#)

Entidades avaliaram que o emprego não cresceu e se precarizou com a reforma trabalhista, em seminário promovido na Câmara dos Deputados nesta terça-feira (3). Promovido pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, o seminário discutiu os impactos da mudança na legislação trabalhista (Lei 13.467/17), que foi aprovada em julho e entrou em vigor em novembro do ano passado. Para o deputado Bohn Gass (PT-RS), um dos parlamentares que pediram realização do evento, nenhuma das promessas da reforma trabalhista se concretizou: o crescimento econômico, a estabilidade jurídica para a análise dos processos trabalhistas e a geração de empregos.

1.2 COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

[Comissão vota MP que indeniza policiais rodoviários que trabalharam na greve dos caminhoneiros](#)

A comissão mista que analisa a MP 837/18, que institui indenização para policial rodoviário que trabalhar durante folga, reúne-se hoje para analisar o relatório apresentado pelo senador José Medeiros (Pode-MT). A MP foi editada para garantir a atuação dos policiais rodoviários durante a greve dos caminhoneiros, quando grande parte do efetivo teve que ser mobilizado no País. A indenização será de R\$ 420 por escala ou turno de seis horas, e de R\$ 900 por 12 horas trabalhadas. A reunião será realizada às 14h30, no plenário 7 da ala Alexandre Costa, no Senado.



CCJ aprova proposta que permite que guardas municipais sejam chamados de policiais

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou, nesta terça-feira (03), em caráter conclusivo, o Projeto de Lei 5488/16, que altera o Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei 13.022/14) para permitir que os guardas também possam ser chamados de policiais municipais. A proposta poderá seguir diretamente para análise do Senado, a não ser que haja recurso para votação pelo Plenário. A proposta vinha provocando polêmica na comissão nas últimas semanas. Segundo o relator do texto na CCJ, deputado Lincoln Portela (PR-MG), o projeto é constitucional porque, mesmo com a mudança na nomenclatura, permanecem “incólumes as atribuições do órgão em questão, não repercutindo a alteração de nomenclatura em qualquer interferência nas competências da União, dos Estados e do Distrito Federal”.

Comissão aprova MP que indeniza policiais rodoviários federais que trabalhem nas horas de descanso

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 837/18, que institui indenização para policial rodoviário federal que trabalhar durante folga, aprovou nesta terça-feira (3) o texto do relator, senador José Medeiros (Pode-MT). O relator acolheu 1 das 11 emendas apresentadas. A emenda permite a atualização dos valores de indenização por meio de decreto, sem a necessidade da aprovação de lei.

Relator apresenta hoje parecer sobre unificação das polícias

A comissão especial que discute a unificação das polícias civis e militares reúne-se nesta tarde para votar o parecer do relator, deputado Vinicius Carvalho (PRB-SP). O texto ainda não foi divulgado, mas em maio o parlamentar adiantou que apresentaria uma proposta de emenda à Constituição (PEC) com normas genéricas prevendo a unificação das forças policiais. Segundo ele, caberá a cada estado, individualmente, decidir se fará a mudança de imediato ou não.

Comissão ouve ministro da Defesa sobre prioridades da pasta, controle de fronteiras e negociações com a Boeing

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional recebe hoje o ministro da Defesa, General Joaquim Silva e Luna, que apresentará as prioridades da defesa nacional para o ano em curso e as perspectivas de atuação do Ministério para os anos seguintes. O ministro também deverá fazer esclarecimento sobre situação das tratativas comerciais entre a Embraer e a empresa norte-americana Boeing e os possíveis impactos à soberania nacional caso seja firmado o acordo. Além disso, será apresentado o atual panorama das ações de proteção das fronteiras brasileiras, especialmente de combate ao tráfico internacional de drogas e armas.

CCJ aprova criação da Lei de Acesso à Informação na Segurança Pública

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou, nesta quarta-feira (4), a criação da Lei de Acesso à Informação na Segurança Pública, que estabelece diversos procedimentos a serem observados pelos órgãos da União, estados, Distrito Federal e municípios.

O texto aprovado é o substitutivo do deputado Luiz Couto (PT-PB) ao Projeto de Lei 4894/16, do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG). Couto acrescentou itens para prever, entre outros pontos, que os órgãos de segurança pública façam relatórios com dados sobre todas as denúncias recebidas e arquivadas contra policiais, assim como dos cursos, treinamentos e capacitações executadas.



Relatório dá aos estados prerrogativa de unificar polícias Civil e Militar

O deputado Vinícius Carvalho (PRB-SP) apresentou nesta quarta-feira (4) seu relatório na comissão especial da Câmara dos Deputados que estudou a unificação das polícias Civil e Militar. Sua proposta prevê que os estados tenham a possibilidade de adotar o chamado "ciclo completo", unindo as duas polícias em uma única corporação. A proposta de Carvalho está prevista em uma proposta de emenda à Constituição, cujo texto começará a ser discutido pela comissão na próxima semana. Mesmo em caso de aprovação na comissão, o texto depende de 171 assinaturas de deputados para começar a tramitar na Câmara.

CCJ aprova prazo para pedido de progressão de regime do preso

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou proposta que acelera a decisão sobre pedidos de mudança de presos para regimes menos severos – semiaberto ou aberto. Também pode agilizar os pedidos de diminuição de pena por trabalho ou estudo e outros requerimentos relacionados à situação dos detentos. O juiz terá no máximo 15 dias para decidir sobre os pedidos de benefícios no cumprimento da pena, que terão prioridade absoluta na tramitação.

1.3 POLÍTICA

Conselho de Ética se reúne para instaurar processos

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar reúne-se hoje para instaurar os processos contra os deputados Nelson Meurer (PP-PR) e Laerte Bessa (PR-DF), e sortear as listas triplas para posterior escolha dos relatores dos respectivos processos. Nelson Meurer foi condenado na Operação Lava Jato, em maio deste ano, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a 13 anos de prisão em regime fechado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O parlamentar é acusado de ter recebido propina de R\$ 29 milhões no esquema de corrupção da Petrobras. O pedido foi feito pela Rede e pelo Psol.

Polícia Federal faz busca na Câmara

A Polícia Federal fez buscas nesta quinta-feira (5) no gabinete do deputado Nelson Markezelli (PTB-SP), na Câmara. A ação é um desdobramento da Operação Registro Espúrio, que investiga desvios no Ministério do Trabalho relacionados à concessão do registro sindical. Markezelli, que estava em seu gabinete quando os policiais federais chegaram, disse que não tem "nada a temer". "Meu trabalho aqui há 28 anos é limpo, é correto."

Confira todos os pareceres aprovados na semana pelas comissões da Câmara

No período de 3 a 5 de julho, foram aprovados 40 pareceres nos diferentes colegiados da Câmara dos Deputados, segundo levantamento do Departamento de Comissões. Entre os destaques da semana está a aprovação do projeto que determina que hotéis e similares disponibilizem, em 10% dos seus quartos, estrutura apropriada para receber hóspedes com deficiência ou mobilidade reduzida (PL 8779/17); e a proposta que obriga a instalação de medidores individuais de consumo de água, energia elétrica e gás canalizado nas novas edificações (PL 1104/15).

1.4 DIREITO E JUSTIÇA / DIREITOS HUMANOS

Comissão especial discute substitutivo ao projeto que atualiza o Código de Processo Penal

A comissão especial que analisa o novo Código de Processo Penal (PL 8045/10) reúne-se hoje para discutir o substitutivo do deputado João Campos (PRB-GO) apresentado no dia 13 de junho. A análise do texto já foi cancelada duas vezes. Entre os principais pontos do substitutivo estão a confirmação da prisão dos réus condenados em segunda instância, o estímulo à cooperação do



Brasil com outros países para investigar criminosos e a maior possibilidade de uso de mecanismos como as prisões temporárias e preventivas. Além disso, o parecer acaba com os embargos de declaração, recursos usados pela defesa para impedir o início do cumprimento de penas.

[Finanças e Tributação debate processo especial para intervenção do Judiciário em políticas públicas](#)

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados realiza hoje uma audiência pública para discutir o Projeto de Lei 8058/14, que institui o processo especial para o controle e intervenção em políticas públicas pelo Poder Judiciário. Autores do requerimento para o debate, os deputados Paulo Teixeira (PT-SP) e Esperidião Amin (PP-SC), respectivamente, autor e relator do projeto, afirmam que “o fenômeno da judicialização das políticas é um fato incontestável na realidade brasileira, fruto de uma série de fatores conjunturais, políticos, paradigmáticos e legais, à qual as instituições devem se adaptar para que se desenvolvam da forma mais democrática possível”.

[Comissão especial discute substitutivo ao projeto que atualiza o Código de Processo Penal](#)

A comissão especial que analisa o novo Código de Processo Penal (PL 8045/10) tem reunião nesta tarde para discutir o substitutivo do deputado João Campos (PRB-GO) apresentado no dia 13 de junho. A análise do texto já foi cancelada três vezes. Entre os principais pontos do substitutivo estão a confirmação da prisão dos réus condenados em segunda instância, o estímulo à cooperação do Brasil com outros países para investigar criminosos e a maior possibilidade de uso de mecanismos como as prisões temporárias e preventivas.

[Especialista denuncia tratamento precário a mulheres negras e grávidas nas prisões](#)

O tratamento dado a mulheres negras e grávidas e o racismo enfrentado por elas dentro dos presídios foram alguns dos pontos levantados por Deise Benedito, advogada, especialista em relações de gênero e raça e em sistema prisional, ouvida nesta quarta-feira (4) no espaço "Tribuna das Mulheres" da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara. De acordo com Deise, existem hoje 42 mil mulheres presas no Brasil. “Dessas, cerca de 70% são mulheres negras na faixa de 18 a 30 anos”, ressaltou. Segundo ela, esse número reflete uma questão histórica do país. “As mulheres indígenas, assim que foi invadido esse continente, principalmente o nosso território brasileiro pelos colonizadores portugueses, tiveram seus corpos aprisionados”, lembrou.

1.6 AGENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Agenda da semana

SEGUNDA-FEIRA (9)

9 horas

Comissão do Esporte

Seminário para debater a Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 11.438/06).

Santa Maria (RS)

9 horas

Sessão Solene

Homenagem ao Dia do Bombeiro Militar.

Plenário Ulysses Guimarães



14 horas

Conselho de Comunicação Social

Entre outros itens, está a eleição de relator para análise do PLC 53/18, sobre proteção de dados pessoais; votação dos relatórios sobre reestruturação do Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social e do PL 5130/16, que proíbe a suspensão de aplicativos pela Justiça.

Evento interativo pelo e-Cidadania

Plenário 3 da ala Alexandre Costa, no Senado

14 horas

Plenário

Sessão de debates.

Plenário Ulysses Guimarães

TERÇA-FEIRA (10)

9h30

Sessão Solene

Homenagem aos Cinquenta Anos da Greve dos Trabalhadores.

Plenário Ulysses Guimarães

10 horas

Comissão de Educação

Audiência pública para debater o sucateamento das Universidades Públicas no Brasil.

Foram convidados, entre outros, a ministra da Educação, Rossieli Soares da Silva; o chefe de gabinete da Universidade de Brasília (UnB), Paulo Cesar Marques da Silva; e o presidente da Associação dos Docentes da UnB (ADUnB), Luís Antônio Pasquetti.

Plenário 10

14h30

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 1

14h30

Comissão Especial da Nova Lei de Licitações (PL 1292/95)

Discussão e votação do parecer do relator, deputado João Arruda (MDB-PR).

Plenário 14

QUARTA-FEIRA (11)

9 horas

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços

Audiência pública sobre desenvolvimento produtivo e mercado de trabalho.

Foram convidados os presidentes do departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos (Dieese), Bernardino Jesus de Brito; da Central das Trabalhadoras e dos Trabalhadores do Brasil (CTB/SP), Adilson Araújo; e o reitor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Marcelo Knobel.

Plenário 5

9h05

Sessão Solene

Homenagem ao Estado de Minas Gerais pelo seu Aniversário.

Plenário Ulysses Guimarães

9h30

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços



Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 5

9h30

Comissão de Defesa do Consumidor

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 8

9h30

Comissão de Seguridade Social e Família

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 7

9h55

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 2

10 horas

Comissões de Minas e Energia; e de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Audiência pública para debater mecanismos de comercialização direta de etanol hidratado no País.

Foram convidados, entre outros, os presidentes da Federação do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes (Fecombustíveis), Paulo Miranda Soares; da Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Lubrificantes, Logística e Conveniência (Plural), Leonardo Gadotti; da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Única), Elizabeth Farina; o diretor institucional da Associação das Distribuidoras de Combustíveis (Brasilcom), Sérgio Massillon.

Plenário 14

10 horas

Comissão de Viação e Transportes

Audiência pública para discutir inclusão da atividade de despachante documentalista no Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

Foram convidados, entre outros, o diretor do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), Maurício José Alves Pereira, e o presidente do Conselho Nacional dos Despachantes Documentalistas do Brasil (CRDD/BR), Gilberto Alvim.

Evento interativo pelo e-Democracia

Plenário 11

10 horas

Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia

Audiência pública para debater da situação das instituições de ensino superior e pesquisa na Amazônia.

Foram convidados, entre outros, o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, Gilberto Kassab; os presidentes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Maurício Antonio Lopes, e da Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz), Nísia Verônica Trindade Lima.

Plenário 15

10 horas

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados

Apresentação, discussão e votação dos pareceres preliminares referentes aos processos 19/18, contra o deputado Celso Jacob (MDB-RJ), e 20/18, contra o deputado João Rodrigues (PSD-SC).
Plenário a definir.

10 horas

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional



Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 3

10 horas

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 9

10 horas

Comissão de Educação

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 10

10 horas

Comissão de Finanças e Tributação

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 4

10 horas

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 12

10 horas

Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 15

10 horas

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 1

10 horas

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 13

11 horas

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Votação de projetos.
Plenário a definir

11 horas

Comissão de Seguridade Social e Família

Audiência pública para debater sobre o resultado de auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas da União com o objetivo de avaliar as ações da ANS referentes aos reajustes anuais dos planos de saúde suplementar.

Foram convidados os presidentes da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Leandro Fonseca; do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Ronald Ferreira dos Santos; o ministro TCU Benjamin Zymler; entre outros.

Evento interativo pelo **e-Democracia**

Plenário 7

11h30

Comissão de Defesa do Consumidor



Subcomissão Especial Empresas Aéreas
Eleição do 1º vice-presidente e votação de requerimentos.
Plenário 8

11h30

Comissão Mista de Orçamento

Continuação da votação da LDO do próximo ano.
Plenário 2

12 horas

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 16

12 horas

Comissão de Viação e Transportes

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 11

13 horas

Sessão do Congresso Nacional

Votação dos Projetos de Lei do Congresso Nacional 2, 9, 13 e 10 de 2018.
Plenário Ulysses Guimarães

13h30

Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 13

14 horas

Comissão de Seguridade Social e Família

Audiência pública para debater sobre a prevenção do câncer de cabeça e pescoço no país. Foram convidados, entre outros, os representantes do Ministério da Saúde (MS); da Associação de Câncer de Boca e Garganta (ACBG Brasil), Melissa Ribeiro; e a presidente do Instituto Oncoguia, Luciana Holtz.
Evento interativo pelo e-Democracia
Plenário 7

14 horas

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 6

14 horas

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 9

14 horas

Comissão do Esporte

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 4

14 horas

Comissão de Legislação Participativa

Votação de requerimentos.
Evento interativo pelo e-Democracia
Plenário 3



14h30

Comissão Especial sobre Código de Processo Penal (PL 8045/10)

Discussão e votação do parecer do relator, deputado João Campos (PRB-GO).
Plenário a definir

14h30

14) Discussão e votação do parecer do relator, deputado Flavinho (PSC-SP).

Plenário a definir

14h30

Comissão Especial de Unificação das Polícias Civis e Militares

Discussão e votação do relator, deputado Vinicius Carvalho (PRB-SP).
Plenário a definir

14h30

Comissão Especial sobre Portabilidade da Conta de Luz (PL 1917/15)

Discussão e votação do parecer do relator, deputado Fábio Garcia (DEM-MT).
Plenário a definir

14h30

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

Audiência pública

Foram convidados representante dos ministérios de Minas e Energia e do Meio Ambiente; da Empresa de Pesquisa Energética; da Embrapa; da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Única); do Fórum Nacional Sucoenergético; e da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene (Ubrabio).
Plenário 7, da ala Alexandre Costa, no Senado

15 horas

Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência

Audiência pública para debater o conteúdo de normas aplicáveis aos passageiros com deficiência, no serviço de transporte aéreo.

Foram convidados, entre outros, o diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Jose Ricardo Pataro Botelho de Queiroz; o presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR), Eduardo Sanovicz; o secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos, Marco Antonio Ferreira Pellegrini.
Evento interativo pelo **e-Democracia**

Plenário 13

15 horas

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

Subcomissão Especial para Reformular e Atualizar o Estatuto do Idoso

Discussão sobre os projetos de lei em tramitação nas comissões permanentes da Câmara que alteram o Estatuto do Idoso na área da saúde.

Sala 176A do anexo 2 da Câmara

16 horas

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Audiência pública para discutir as circunstâncias da morte do estudante Marcus Vinícius, 14 anos, no Complexo da Maré/RJ, em 20 de junho de 2018, quando ele ia uniformizado para a escola.

Foi convidada a mãe do estudante Marcus Vinícius, Circunstâncias da morte do estudante Marcus Vinícius, 14 anos, no Complexo da Maré/RJ, em 20 de junho de 2018, quando ele ia uniformizado para a escola.

Foi convidada a mãe do estudante Marcus Vinícius, Bruna Silva.

Plenário 9

16h30

Comissões de Seguridade Social e Família; e de Legislação Participativa

Audiência pública para debater o conteúdo de normas aplicáveis aos passageiros com deficiência,



no serviço de transporte aéreo.

Foram convidados, entre outros, o juiz de direito da Segunda Vara do Foro de Mococa (São Paulo), Djalma Moreira Gomes Júnior; o promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, Frederico Liserre Barruffini; coordenadora auxiliar do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher da Defensora Pública do Estado de São Paulo, Paula Sant'Anna Machado de Souza.

Evento interativo pelo **e-Democracia**

Plenário 7

Comissão de Cultura

Audiência pública para discutir sobre a realidade da cadeia criativa e produtiva do carnaval.

Foram convidados entre outros, o secretário de Economia da Cultura (MinC), Mansur Bassit; os representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; do Ministério do Trabalho e Emprego.

Plenário 10

QUINTA-FEIRA (12)

9h05

Comissão Geral

Marcha para a Ciência: o presente e o futuro do setor de Ciência e Tecnologia no País.

Plenário Ulysses Guimarães

9h30

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Seminário internacional Quarenta Anos do Tratado de Cooperação Amazônica - Sustentabilidade: um paradigma para o desenvolvimento da Amazônia.

Plenário 1

9h30

Comissões de Direitos Humanos e Minorias; e Fiscalização Financeira e Controle

Audiência pública para discutir os direitos territoriais dos Povos das Águas da Região Norte de Minas Gerais.

Foram convidados, entre outros, o secretário-geral da CNBB, dom Leonardo Steiner; o coordenador da 6ª Câmara do Ministério Público Federal, Antônio Carlos Alpino Bigonha; a advogada-geral da União, Greice Maria Fernandes Mendonça.

Plenário a definir

10 horas

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Audiência pública sobre a importância do registro físico do voto para a segurança e transparência do processo eleitoral: esclarecimentos sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o voto impresso (ADI 5889).

Foram convidados, entre outros, o presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF), Marcos de Almeida Camargo; procuradora-geral da República, Raquel Dodge, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luiz Fux.

Plenário 13

12 horas

Comissões de Fiscalização Financeira e Controle; e de Desenvolvimento Urbano

Audiência pública para debater a exigência de pavimentação definitiva nos empreendimentos do programa Minha Casa Minha Vida.

Foram convidados, entre outros, representantes do Ministério das Cidades; da Federação Nacional dos Pequenos Construtores (FENAPC); e a gestora do Minha Casa Minha Vida/CEF.

Plenário 9

14 horas

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural



Encontro para debater o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) aos produtores de tabaco.

Ginásio do Herval, 2º Distrito, Canguçu/RS

14h30

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Seminário Internacional Quarenta Anos do Tratado de Cooperação Amazônica - Sustentabilidade: um paradigma para o desenvolvimento da Amazônia.

Plenário 1

SEXTA-FEIRA (13)

15 horas

Sessão Solene

Homenagem aos 28 anos da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (CONTRACS)

Plenário Ulysses Guimarães

Link: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/559795-AGENDA-DA-SEMANA.html>

2. PODER LEGISLATIVO -

SENADO
FEDERAL



2.1 PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

Simone denuncia negligência com exigência de regime domiciliar para gestante presa preventivamente

A senadora Simone Tebet (MDB-MS) denunciou que nem metade dos juízes do país está cumprindo decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que determinou o regime domiciliar às mães gestantes ou com filhos de até doze anos presas preventivamente pela prática de algum crime. Na decisão, o STF determinou que essa decisão deveria ser cumprida por todos os juízes até abril deste ano. Como isso não aconteceu, Simone espera que o Senado cobre uma manifestação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

José Medeiros pede mais recursos para a Polícia Rodoviária Federal

Ao se referir à sessão solene realizada na Câmara dos Deputados em homenagem à Polícia Rodoviária Federal (PRF), o senador José Medeiros (Pode-MT) destacou a importância da corporação policial, lembrando que seus integrantes trabalham dia e noite garantindo a segurança nas rodovias. Medeiros pediu mais recursos para a Polícia Rodoviária Federal que – ressaltou – tem um papel fundamental no combate ao tráfico de drogas, apreendendo grande quantidade de maconha e cocaína na malha rodoviária. Nesse sentido, elogiou a próxima inauguração de uma base da PRF na cidade mato-grossense de Rondonópolis.

Licença-paternidade para militares pode ser ampliada

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou nesta quarta-feira (4) projeto que aumenta para 20 dias a licença-paternidade do militar e a estende para o caso de obtenção de guarda judicial para fins de adoção. Atualmente, os militares têm direito a cinco dias consecutivos de licença. Os senadores aprovaram na comissão pedido de urgência para matéria



que ainda precisa ser votado em Plenário. O PLC 41/2018, do Executivo, teve parecer favorável do relator, José Medeiros (Pode-MT). Na opinião dele, a diferenciação de dias entre as licenças maternidade e paternidade ilustra a percepção de que o pai ainda é coadjuvante na criação dos filhos.

3. PODER JUDICIÁRIO

3.1 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Liminar autoriza porte de arma para todas as guardas municipais

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5948 para autorizar suspender os efeitos de trecho da Lei 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento) que proíbe o porte de arma para integrantes das guardas municipais de municípios com menos de 50 mil habitantes e permite o porte nos municípios que têm entre 50 mil e 500 mil habitantes apenas quando em serviço. Com base nos princípios da isonomia e da razoabilidade, o relator disse que é preciso conceder idêntica possibilidade de porte de arma a todos os integrantes dos guardas civis, em face da efetiva participação na segurança pública e na existência de similitude nos índices de mortes violentas nos diversos municípios.

6. ASSUNTOS DE INTERESSE DA FENEME



PREZADOS OFICIAIS DA FENEME

CONSIDERANDO AS INÚMERAS MANIFESTAÇÕES DE QUEM NÃO CONHECE O PROCESSO LEGISLATIVO DEMOCRÁTICO E VISANDO ESCLARECER TENHO A DIZER O SEGUINTE:

SOBRE O RELATÓRIO APRESENTADO PELO DEPUTADO RELATOR DA COMISSÃO INSTITUÍDA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DENOMINADA COMISSÃO DE UNIFICAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL E MILITAR, ESTÃO CIRCULANDO INFORMAÇÕES INCOMPLETAS E DISSOCIADAS DA REALIDADE NAS MÍDIAS E PRINCIPALMENTE EM GRUPOS DE MILITARES ESTADUAIS E DO DF.

DIANTE DISSO E NO OBJETIVO DE ESCLARECER, INFORMAMOS QUE ESSAS COMISSÕES SÃO INSTITUÍDAS PARA ESTUDAR UM DETERMINADO TEMA E APÓS APRESENTAR UMA PROPOSTA, QUE PODERÁ OU NÃO SE TRANSFORMAR NUMA PROPOSIÇÃO LEGISLATIVA A TRAMITAR NO CONGRESSO NACIONAL (CÂMARA E APÓS SENADO,) COMO TANTAS QUE JÁ TRAMITAM NAQUELAS CASAS LEGISLATIVAS.

ESCLARECEMOS QUE NÃO HÁ QUALQUER RISCO QUE ALGO OCORRER SEM OS DEVIDOS DEBATES E COMO MENCIONADO, OBRIGATORIAMENTE, SE FOR O CASO, DEVERÁ HAVER A TRAMITAÇÃO REGULAR CONFORME PREVÊ A CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO FEDERAL E O REGIMENTO DE AMBAS CASAS LEGISLATIVAS FEDERAL.

SE REALMENTE AO FINAL RESULTAR NUMA PEC – PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL, COMO TAMBÉM MENCIONADO, TERÁ SUA TRAMITAÇÃO NORMAL E PROVAVELMENTE SERÁ APENSADA A TANTAS OUTRAS QUE TRATAM DO TEMA (INCLUSIVE O CICLO COMPLETO), ALERTANDO , INCLUSIVE, QUE NO MOMENTO DEVIDO A INTERVENÇÃO FEDERAL EM CURSO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NEM HÁ COMO APROVAR QUALQUER PEC POR IMPEDIMENTO CONSTITUCIONAL.

FINALMENTE, NÃO É MOMENTO DE QUALQUER ALARDE, É SIM MOMENTO DE DEBATE E DE CONHECER O QUE PENSAM ALGUNS PARLAMENTARES SOBRE A MAIS QUE CENTENÁRIA POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, INCLUSIVE CONHECER MAIS PROFUNDAMENTE MUITOS QUE SE DIZEM NOSSOS “PARCEIROS E ADMIRADORES” FALSAMENTE. DEVEMOS ESTAR ATENTOS E VIGILANTES SIM, PORÉM OMBREADOS ENTRE NÓS E OS NOSSOS PARLAMENTARES MILITARES E AMIGOS FIÉIS, PARA CONSTRUIRMOS UMA SEGURANÇA PÚBLICA MELHOR EM PROL DA SOCIEDADE ATRAVÉS DO DEBATE DEMOCRÁTICO E COM CONHECIMENTO DA REALIDADE BRASILEIRA, EVITANDO PROPOSTAS ELEITOREIRAS E SEM MENCIONAR AS VERDADES NECESSÁRIAS CONFORME PARECE O CONTIDO NO RELATÓRIO APRESENTADO.



NÃO NOS ESQUEÇAMOS DE QUE O PLEITO ELEITORAL SE AVIZINHA, ENTÃO VAMOS ESCOLHER BEM PRIMEIRAMENTE ENTRE OS NOSSOS CANDIDATOS MILITARES E APÓS ENTRE OS NOSSOS VERDADEIROS AMIGOS E APOIADORES CANDIDATOS. A AQUELES QUE AGORA DESEJAM NOS DESCARTAR DEVEMOS DAR O DESPREZO DAS URNAS E NOS DEBATES.

O MOMENTO AGORA É DE ATENÇÃO E UNIÃO, AO FINAL OS MELHORES E BEM INTENCIONADOS VENCERÃO E TODOS SABEMOS QUE SÃO OS MELHORES E BEM INTENCIONADOS.

UM FORTE ABRAÇO A TODOS E VAMOS À LUTA.

CORONEL MARLON – PRESIDENTE DA FENEME

NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

7. CURTA E SIGA A FENEME NAS REDES SOCIAIS

Facebook: <https://www.facebook.com/secretariofeneme.feneme>

Twitter: <https://twitter.com/realfeneme>

Sites: www.feneme.org.br / www.ciclocompleto.com.br

Brasília, 09 de julho de 2018.

OUTRAS INFORMACOES RELEVANTES E ESTRATEGICAS PARA A FENEME NO AMBITOS DOS PODERES, ORGAOS E INSTITUICOES, ESTAO SENDO REPASSADAS VIA RELATORIOS E COMUNICACOES COMPLEMENTARES AO PRESIDENTE DA ENTIDADE, PARA OS ENCAMINHAMENTOS NECESSARIOS.